

Negresco S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Relatório da Administração – 1º Semestre de 2023

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras da *Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)*, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao primeiro semestre de 2023.

Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2023, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 2,87% e o relatório Focus aponta que o índice fechará o ano em 4,95%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central é de 3,25% para o ano de 2023. A taxa básica de juros (Selic) está mantida em 13,75% desde agosto de 2022.

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de abril de 2023, 78,3% das famílias relataram ter dívidas (vencidas ou a vencer). A inadimplência atinge 29,1% das famílias, acima dos 28,6% de abril de 2022.

Para 2023, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 4,95%, a taxa SELIC em 12% e o PIB com crescimento de 2,19%.

Atualmente, o impacto da pandemia de COVID-19 é praticamente nulo e a guerra da Ucrânia não causa nenhum efeito nas operações da Financeira. Todos os funcionários voltaram ao trabalho presencial, mas podem optar por trabalhar de forma remota um dia em cada semana.

A Financeira continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A Financeira vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Financeira, no semestre findo em 30 de junho de 2023, apurou lucro de R\$ 7,6 milhões contra R\$ 1,8 milhão no mesmo período de 2022 e o patrimônio líquido encerrou o semestre totalizando R\$ 83,4 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro.

Em 1º de fevereiro de 2023, foram pagos R\$ 5 milhões referente ao saldo do lucro apurado no ano de 2022.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a Financeira fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{SS}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Auditoria Independente

A Financeira possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários dos serviços de auditoria independente relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2023 montam R\$ 223.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da Financeira sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 23 de agosto de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Diretores da

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-PR

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO		jun/2023	dez/2022
Disponibilidades	4	57	200
Instrumentos financeiros		238.577	217.927
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	22.320	10.906
Operações de crédito - setor privado	7	274.483	260.687
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(58.226)	(53.666)
Outros ativos	6	1.418	2.157
Créditos tributários	8	8.162	8.004
Garantias judiciais	16	813	806
Impostos e contribuições a compensar	5	197	854
Investimentos		5	5
Imobilizado	9	242	345
Imobilizado em uso		6.818	6.811
Depreciação acumulada		(6.576)	(6.466)
Intangível	10	21	32
Licenças e direitos		672	671
Amortização acumulada		(651)	(639)
Total do ativo		249.492	230.330
PASSIVO		jun/2023	dez/2022
Valores financiados a repassar	11	1.632	1.477
Contas a pagar	12	1.578	1.767
Fiscais e previdenciárias	13	3.101	2.302
Outros passivos		28	15
Provisões - outras	14	2.384	1.857
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	153.256	137.913
Participação no resultado (empregados)	15	724	1.430
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	3.352	2.721
Patrimônio líquido	19	83.437	80.848
Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Reserva legal		7.865	7.482
Reserva especial de lucros		13.944	19.007
Lucros acumulados		7.269	-
Total do passivo		249.492	230.330

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	<u>jun/2023</u>	<u>jun/2022</u>
Receitas da intermediação financeira	101.746	82.363
Operações de crédito	7 89.631	73.235
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1 11.039	7.911
Receitas de aplicações interfinanceiras	4 1.076	1.217
Despesas da intermediação financeira	(14.642)	(10.376)
Operações de captação no mercado	17.a.2 (11.216)	(7.676)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1 (3.426)	(2.700)
Resultado da intermediação financeira	87.104	71.987
Outras receitas operacionais	3.025	1.935
Receita de prestação de serviços	20 2.857	1.823
Lucro na venda de operações de crédito	9	0
Outras receitas operacionais	159	112
Principais despesas operacionais	(34.114)	(30.660)
Despesas com pessoal	21 (12.453)	(11.986)
Despesas administrativas	22 (17.346)	(15.038)
Despesas tributárias	23 (4.102)	(3.369)
Outras despesas operacionais	(213)	(267)
Despesas de provisões	(43.265)	(40.350)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1 (42.602)	(40.846)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b (16)	798
Provisão para contingências cíveis	16.b (616)	112
Outras provisões	(31)	(414)
Resultado operacional	12.750	2.912
Resultado não operacional	-	(4)
Resultado antes dos tributos e participações	12.750	2.908
Imposto de renda e contribuição social	(5.098)	(1.065)
Imposto de renda e contribuição social correntes	24 (5.256)	(1.360)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	158	295
Lucro líquido do semestre / exercício	7.652	1.843
Quantidade de ações no fim do período	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período	140,77	33,90

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do semestre	<u>7.652</u>	<u>1.843</u>
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u><u>7.652</u></u>	<u><u>1.843</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

			<u>Reservas de lucros</u>		
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>54.359</u>	<u>6.944</u>	<u>27.030</u>	<u>-</u>	<u>88.333</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.843	1.843
Destinações					
Constituição de Reserva Legal	19.b	92	-	(92)	-
Distribuição de dividendos	19.b	-	(13.086)	-	(13.086)
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>54.359</u>	<u>7.036</u>	<u>13.944</u>	<u>1.751</u>	<u>77.090</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>92</u>	<u>(13.086)</u>	<u>1.751</u>	<u>(11.243)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>54.359</u>	<u>7.482</u>	<u>19.007</u>	<u>-</u>	<u>80.848</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	7.652	7.652
Destinações					
Constituição de Reserva Legal	19.b	383	-	(383)	-
Distribuição de dividendos	19.b	-	(5.063)	-	(5.063)
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>54.359</u>	<u>7.865</u>	<u>13.944</u>	<u>7.269</u>	<u>83.437</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>383</u>	<u>(5.063)</u>	<u>7.269</u>	<u>2.589</u>

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>jun/2023</u>	<u>jun/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do período	51.176	43.175
Lucro líquido do período	7.652	1.843
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(158)	(295)
Depreciações e amortizações	121	155
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	42.602	40.846
Apropriação da despesa antecipada	198	186
Provisão (reversão) para passivos contingentes	730	26
Provisão (reversão) - outras	31	414
Variações em ativos e passivos		
Aumento em instrumentos financeiros - operações de crédito	(51.838)	(45.705)
Redução em outros ativos	512	84
(Aumento) redução em garantias judiciais	(7)	701
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	657	(15)
Aumento em valores financiados a repassar	155	322
Aumento (redução) em contas a pagar	(189)	520
Aumento em fiscais e previdenciárias	4.441	1.197
Aumento (redução) em passivos diversos	13	(3)
Aumento em recursos de aceites cambiais	15.343	10.935
Redução em participações no resultado (funcionários)	(706)	(645)
Aumento em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	525	823
Redução em contingências	(99)	(936)
CSLL e IRPJ pagos no período	(3.642)	(5.120)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>16.341</u>	<u>5.333</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento	-	(5)
(Adições) ao ativo imobilizado	(7)	(55)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(7)	(60)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(5.063)	(14.192)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(5.063)</u>	<u>(14.192)</u>
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	<u>11.271</u>	<u>(8.919)</u>
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	11.106	21.936
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	22.377	13.017

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 23 de agosto de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financeira foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificadas evidências de *impairment* nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

l. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Financeira e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira, de acordo com o artigo 34 da Resolução BCB nº 2/2020, assume-se que o lucro líquido em 30 de junho de 2023, no montante de R\$ 7.652 mil (R\$ 1.843 em 30 de junho de 2022), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	57	200
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.320	10.906
Total	22.377	11.106

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas entre 96% e 98% do DI (Certificado de Depósito Interbancário), todas com vencimento para o dia 03 de julho de 2023 (em 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxa 99,8% do DI e com vencimento para 02 de janeiro de 2023).

A Financeira auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2023, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 1.076 (R\$ 1.217 em 30 de junho de 2022).

5 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	-	658
COFINS ⁽ⁱ⁾	162	162
Outros	35	34
Total	197	854

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS foi originado em processo transitado em julgado e foi compensado quase na totalidade, restando um saldo após a Receita Federal do Brasil ter ingressado com ação rescisória. O processo está sobrestado aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal sobre outra ação afetada pelo rito de repercussão geral.

	30/06/2023	31/12/2022
Montante a ser realizado até 12 meses:	-	658
Montante a ser realizado após 12 meses:	197	196

6 Outros ativos

	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber – Bancos	-	692
Contas a receber – Lojistas	372	474
Adiantamento de benefícios	369	362
Adiantamento de 13º salário	412	-
Despesas antecipadas	281	161
Adiantamento de PLR	-	346
Adiantamento de férias	42	136
Outros valores	60	75
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(118)	(89)
Total	1.418	2.157

	30/06/2023	31/12/2022
Montante a ser realizado até 12 meses:		2.14
	1.409	4
Montante a ser realizado após 12 meses:	9	13

7 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	30/06/2023	31/12/2022
Operações de crédito		
Empréstimos	34.074	31.626
Financiamentos	240.366	228.781
Capital de giro	43	280
Subtotal	274.483	260.687
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(58.226)	(53.666)
Total	216.257	207.021

	30/06/2023	31/12/2022
Montante a ser realizado até 12 meses:	207.139	198.139
Montante a ser realizado após 12 meses:	9.118	8.882

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	30/06/2023		31/12/2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado				
Pessoa física	274.440	99,98%	260.406	99,89%
Comércio	43	0,02%	279	0,11%
Outros serviços	-	0,00%	2	0,00%
Total	274.483	100,00%	260.687	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	30/06/2023		31/12/2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	57.513	20,95%	52.585	20,17%
Parcelas a vencer				
Até 90 dias	102.433	37,32%	94.657	36,31%
De 90 a 360 dias	105.102	38,29%	104.256	39,99%
Acima de 360 dias	9.435	3,45%	9.189	3,53%
Total	274.483	100,01%	260.687	100,00%

A taxa média praticada no semestre pela Financeira foi de 13,68% (13,3% no 1º semestre de 2022) ao mês para empréstimo e de 6,46% (6,26% no 1º semestre de 2022) ao mês para financiamento. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 89.631 (R\$ 73.235 em 30 de junho de 2022).

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º semestre de 2023	2º semestre de 2022	1º semestre de 2022
Saldo do início do período	(53.666)	(54.756)	(52.441)
Constituição (líquida de reversão)	(42.602)	(38.320)	(40.846)
Baixa para prejuízo	38.042	39.410	38.531
Saldo final do período	(58.226)	(53.666)	(54.756)

Foram recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2023, créditos no valor de R\$ 11.039 (R\$ 7.911 em 30 de junho de 2022), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira.

Foram concedidos R\$ 3.426 de descontos nos recebimentos (R\$ 2.700 em 30 de junho de 2022) lançados na rubrica despesas da intermediação financeira.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 não houve renegociação de operações de crédito.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2023

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	16.887	-	152.799	169.686	849
B	Normal	1,00%	1.709	-	11.604	13.313	133
	Vencido	1,00%	348	-	1.982	2.330	23
C	Normal	3,00%	1.322	43	7.231	8.596	258
	Vencido	3,00%	456	-	2.053	2.509	75
D	Normal	10,00%	1.011	-	5.217	6.228	623
	Vencido	10,00%	665	-	2.709	3.374	337
E	Normal	30,00%	715	-	3.990	4.705	1.412
	Vencido	30,00%	736	-	3.261	3.997	1.199
F	Normal	50,00%	548	-	3.150	3.698	1.849
	Vencido	50,00%	854	-	3.792	4.646	2.323
G	Normal	70,00%	408	-	2.281	2.689	1.882
	Vencido	70,00%	901	-	3.932	4.833	3.384
H	Normal	100,00%	1.127	-	6.928	8.055	8.055
	Vencido	100,00%	6.387	-	29.437	35.824	35.824
Total			34.074	43	240.366	274.483	58.226

Posição em 31 de dezembro de 2022

Empréstimo / Financiamento

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	16.241	-	146.545	162.786	814
B	Normal	1,00%	1.601	-	10.214	11.815	118
	Vencido	1,00%	303	-	1.588	1.891	19
C	Normal	3,00%	1.373	280	7.120	8.773	263
	Vencido	3,00%	467	-	1.963	2.430	73
D	Normal	10,00%	915	-	4.965	5.880	588
	Vencido	10,00%	614	-	2.416	3.030	303
E	Normal	30,00%	717	-	4.095	4.812	1.444
	Vencido	30,00%	745	-	3.109	3.854	1.156
F	Normal	50,00%	572	-	3.362	3.934	1.967
	Vencido	50,00%	843	-	3.702	4.545	2.273
G	Normal	70,00%	411	-	2.518	2.929	2.050
	Vencido	70,00%	894	-	3.803	4.697	3.288
H	Normal	100,00%	850	-	6.324	7.174	7.173
	Vencido	100,00%	5.080	-	27.057	32.137	32.137
Total			31.626	280	228.781	260.687	53.666

8 Créditos tributários

A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.716	6.809
Provisão para contingências trabalhistas	518	512
Provisão para contingências cíveis	823	577
Outros	105	106
Total	8.162	8.004

	30/06/2023	31/12/2022
Montante a ser realizado até 12 meses:	6.357	6.383
Montante a ser realizado após 12 meses:	1.805	1.621

No período findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2022	Constituição	Utilização / Reversão	Saldo Final 30/6/2023
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.256	3.700	(3.758)	4.198
Provisão para contingências	682	225	(68)	839
Outras provisões	67	66	(67)	66
Créditos Tributários de IRPJ	5.005	3.991	(3.893)	5.103
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.553	2.220	(2.255)	2.518
Provisão para contingências	407	135	(40)	502
Outras provisões	39	39	(39)	39
Créditos Tributários de CSLL	2.999	2.394	(2.334)	3.059
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	8.004	6.385	(6.227)	8.162

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução CMN nº 4.842/2020, as instituições financeiras devem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2023, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	30/06/2023	31/12/2022
Expectativa de Realização:		
2023	6.031	6.383
2024	773	431
2025	602	518
2026	602	518
2027	154	154
Total	8.162	8.004

O valor presente do crédito tributário em 30 de junho de 2023 é de R\$ 7.284 (R\$ 6.486 em 31 de dezembro de 2022), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 16,38% (16,38% em 31 de dezembro de 2022) ao ano para os períodos correspondentes.

Créditos tributários não registrados

A Financeira não possui créditos tributários não registrados em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

9 Imobilizado de uso

	30/06/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Instalações	419	(413)	6	9
Móveis e equipamentos	6.348	(6.133)	215	310
Outros	51	(30)	21	26
Total	6.818	(6.576)	242	345

Movimentações do imobilizado em uso:

	Instalações	Móveis e Equipamentos	Outros	Total
Saldo inicial	9	310	26	345
Aquisição	-	7	-	7
Baixa	-	-	-	-
Depreciação	(3)	(102)	(5)	(110)
Saldo final	6	215	21	242

10 Intangível

	30/06/2023			31/12/2022
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	672	(651)	21	32
Total	672	(651)	21	32

Movimentações do intangível:

	Licenças
Saldo inicial	32
Aquisição	1
Depreciação	(12)
Saldo final	21

11 Valores financiados a repassar

São valores financiados e efetivados nos últimos dias do semestre que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de julho, no montante de R\$ 1.632 (R\$ 1.477 em 31 de dezembro de 2022).

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar.

	30/06/2023	31/12/2022
Serviços prestados a pagar	798	807
Contas a pagar	771	951
Outros	9	9
Total	1.578	1.767

13 Fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS	559	540
Contribuição social	715	8
Imposto de renda pessoa jurídica	906	-
INSS	343	298
FGTS	74	110
PIS	91	88
Imposto de renda retido na fonte e outras retenções	375	1.234
Outras	38	24
Total	<u>3.101</u>	<u>2.302</u>

14 Provisões – outras

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para férias	1.577	1.600
Provisão para 13º salário	548	-
Provisão para 13ª cesta alimentação	70	-
Provisão para despesas	189	257
Total	<u>2.384</u>	<u>1.857</u>

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido em exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.646,54 (três mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) e limitado ao teto de R\$ 17.402,87 (dezesete mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e sete centavos). Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 729,30 (setecentos e vinte e nove reais e trinta centavos). Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurarem prejuízo no final do exercício.

O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 2.187,94 (dois mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para cada empregado até o dia 20 de setembro de 2023 e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do ano seguinte.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o valor acumulado a pagar foi R\$ 724 (R\$ 1.430 em 31 de dezembro de 2022).

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	30/06/2023		31/12/2022	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	2.057	506	1.441	511
Contingências trabalhistas	1.295	307	1.280	295
Total	3.352	813	2.721	806

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	1.441	1.280	2.721
Adições / atualizações monetárias	836	62	898
Reversão	(149)	(19)	(168)
Pagamento	(71)	(28)	(99)
Saldo final em 30 de junho de 2023	2.057	1.295	3.352
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	1.527	2.470	3.997
Adições / atualizações monetárias	263	177	440
Reversão	(281)	(133)	(414)
Pagamento	(94)	(842)	(936)
Saldo final em 30 de junho de 2022	1.415	1.672	3.087

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 80 processos cíveis (72 em 31 de dezembro de 2022) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 675 (R\$ 606 em 31 de dezembro de 2022). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 10 processos trabalhistas (11 em 31 de dezembro de 2022) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 195 (R\$ 432 em 31 de dezembro de 2022). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03 e 10.09 cujas alíquotas são de 3% e 2%, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração atualizado é de R\$ 156 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2022).

A Receita Federal não acolheu as razões apresentadas na manifestação de inconformidade apresentada pela Financeira e manteve o despacho decisório que não homologou a compensação de crédito por pagamento indevido de COFINS, em janeiro de 2013. O crédito é comprovado pela declaração DACON e pelos registros contábeis. O jurídico da Financeira entende que é possível reverter a situação e, assim, interpôs Recurso Voluntário perante à Receita Federal. O montante atualizado do débito compensado e não homologado é de R\$ 123 (R\$ 119 em 31 de dezembro de 2022).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que não se trata de obrigação legal, portanto, os processos foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados, no semestre findo em 30 de junho de 2023, entre 110% e 200% do DI (entre 110 e 200% e, também, taxa pré-fixada de 8% no semestre findo em 30 de junho de 2022). Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem suas aplicações nos três primeiros meses do segundo semestre de 2023 os fluxos de caixa ficariam conforme demonstrado no primeiro quadro abaixo.

Do total das captações, 73,39% são com partes relacionadas (77,28% em 31 de dezembro de 2022).

a.1.Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

30/06/2023				
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	68.291	8.006	76.959	153.256
Total				153.256

31/12/2022				
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	74.329	111	63.473	137.913
Total				137.913

a.2.Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	30/06/2023	30/06/2022
Recursos de aceites cambiais	11.127	7.603
Fundo Garantidor de Crédito	89	73
Total	11.216	7.676

O aumento das despesas de captações ocorreu devido ao aumento da taxa Selic, que no primeiro semestre de 2022 ficou entre 9,25% e 13,25% e em 13,75% no primeiro semestre de 2023, além do aumento do volume de captações.

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes e referem-se basicamente a captações, cujos prazos de vencimento e taxas de remuneração estão apresentados na nota explicativa 17, e os saldos são assim resumidos:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2022	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Recursos de aceites cambiais	(112.475)	(8.313)	(106.583)	(6.160)		
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(70.790)	(5.238)	(66.520)	(3.656)		
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(3.571)	(261)	(3.289)	(204)		
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(4.363)	(331)	(4.294)	(250)		
Antônio João Beal	(379)	(28)	(356)	(67)		
João Carlos Pereira	-	(1)	(74)	(4)		
Sergio Shoji Yamamoto	(61)	(4)	(56)	(6)		
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(1.509)	(109)	(1.372)	(73)		
Giuliana Gasparin Lucchesi Kaesemodel	(78)	(5)	(60)	(3)		
Empreendimentos Florestais Cambijú Ltda	(6.765)	(494)	(6.321)	(439)		
Negresco Administração e Participações Ltda	(19.693)	(1.433)	(18.260)	(1.094)		
Negresco Serviços de Cobrança Ltda	(1.888)	(138)	(1.760)	(104)		
Oelo Locação de Equipamentos Eletrônicos Ltda	(2.340)	(172)	(2.206)	(128)		
Transesp Comércio de Imóveis Ltda	(1.038)	(99)	(2.014)	(132)		
Remuneração da administração	-	(1.354)	-	(1.341)		
Despesas com remuneração dos administradores	-	(1.354)	-	(1.341)		

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2022), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

As ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Total	54.359.021	-	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No semestre, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 383 (R\$ 92 em 30 de junho de 2022).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020.

A Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, vedou a distribuição de dividendos do exercício de 2020 e, assim, a Financeira deixou de distribuir o montante de R\$ 13.944 do lucro de 2020 que está aguardando definição do Banco Central do Brasil.

Em 11 de janeiro de 2022, foi pago o saldo dos dividendos obrigatório de 2021 no montante de R\$ 1,1 milhão.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 19 de janeiro de 2022, foi aprovada a distribuição de lucro de 2021 no montante de R\$ 13.086 e foram pagos em 1º de fevereiro de 2022.

Em 21 de dezembro de 2022, foram pagos os juros sobre o capital próprio correspondente ao exercício de 2022, no montante de R\$ 5.166, imputados ao dividendo obrigatório e, como este valor foi superior aos 25% do dividendo obrigatório, não foi constituído passivo para dividendos obrigatórios.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 26 de janeiro de 2023, foi aprovada a distribuição de lucro de 2022 no montante de R\$ 5.063 e foram pagos em 1º de fevereiro de 2023.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito no montante de R\$ 2.857 (R\$ 1.823 em 30 de junho de 2022).

21 Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Proventos	5.585	5.103
Benefícios	2.542	2.259
Encargos sociais	2.151	1.903
Pró-labore	820	820
Participação nos lucros e resultados	724	640
Indenizações	83	847
Provisão para férias e 13º salário	536	409
Treinamentos	12	5
Total	<u>12.453</u>	<u>11.986</u>

22 Despesas administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Serviços de terceiros	5.064	4.814
Técnicos especializados	6.862	5.474
Serviços dos sistemas financeiros	1.581	1.325
Serasa/Associação Comercial	1.761	1.540
Processamento de dados	474	410
Locação de imóveis	438	413
Comunicação	359	333
Manutenção e conservação	206	201
Propaganda e publicidade	48	48
Consumo de energia elétrica e água	97	137
Despesas com viagens	123	92
Outros	333	251
Total	<u>17.346</u>	<u>15.038</u>

23 Despesas tributárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
COFINS	3.300	2.748
PIS	536	447
ISS	144	92
Outras	122	82
Total	<u>4.102</u>	<u>3.369</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Impostos correntes:		
Imposto de renda	3.281	845
Contribuição social	1.975	515
Total	<u>5.256</u>	<u>1.360</u>
Impostos Diferidos		
Imposto de renda	(99)	(128)
Contribuição social	(59)	(167)
Total	<u>(158)</u>	<u>(295)</u>
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>5.098</u>	<u>1.065</u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	12.750	2.908
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(5.100)	(1.163)
(Adições) exclusões permanentes:		
Adições permanentes	(10)	(4)
Exclusões permanentes	-	-
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	<u>(5.110)</u>	<u>(1.167)</u>
Diferença de 1% na alíquota da CSLL sobre diferença temporárias até julho/2022	-	90
Outros	12	12
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	<u>(5.098)</u>	<u>(1.065)</u>

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e produtos, com o seu porte e o seu modelo de negócio, capacitada a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais compreendem: *risco operacional, risco de crédito, risco social, risco ambiental, risco climático e demais riscos a que esteja exposta de maneira relevante.*

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos acima mencionados, inerentes à sua atividade, operações e negócios.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Na definição acima, inclui-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Financeira.

Entre os eventos de risco operacional incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo, sem limitar, os custos de recuperação de exposições caracterizados como ativos problemáticos.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem diretrizes e padrões a serem observados e atendidos no processo de concessão e gestão de crédito.

A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

Não há na Financeira, risco de crédito decorrentes de títulos e valores mobiliários, nem de instrumentos financeiros derivativos, nem, tampouco, de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução CMN nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco Social

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, como por exemplos: assédio, discriminação, preconceito, trabalho em condições análogas à escravidão, exploração irregular do trabalho infantil, não observância da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo saúde e segurança do trabalho, tratamento irregular de dados pessoais.

Risco Ambiental

O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco Climático

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- a) risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- b) risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Financeira no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias de suas atividades, estabeleceu critérios e mecanismos de avaliação e formalização de suas operações, para minimizar e evitar qualquer situação, ocorrência ou evento com potenciais perdas para a instituição, decorrentes de riscos sociais, ambientais e climáticos.

A Financeira adota e preserva o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum, está presente na sociedade honrando seus compromissos, respeitando seus funcionários, os organismos reguladores e governamentais, e a comunidade em que está inserida.

Os princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climático, nos negócios e nas relações com partes interessadas, estão definidos na “Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática”, estabelecida, aprovada e implementada pela Financeira, em consonância com as diretrizes disciplinadas na Resolução CMN nº 4.945/2021.

27 Patrimônio de referência exigido

A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata a Resolução CMN 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve manter, permanentemente, montante de PR_{S5} em valor superior ao requerimento mínimo exigido.

Requerimento mínimo de PR_{S5} conforme artigo 12 da Resolução CMN 4.606/2017

Período	Percentual
Até 30 de abril de 2020	17%
De 1º de maio de 2020 à 30 de abril de 2021	15%
De 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021	15,5%
De 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022	16,25%
A partir de 1º de maio de 2022	17%

		30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR _{S5})	a	81.970	79.621
RW _{AROSimp} (Risco Operacional)	b	45.281	45.711
RW _{ARCSimp} (Risco de Crédito)	c	182.602	171.586
RW _{ASimp} (b + c)	d	227.883	217.297
PR _{S5} mínimo exigido (d x 17%)	e	38.740	36.940
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		43.230	42.681
Índice de Basileia BACEN (a / d)		35,97%	36,64%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		17%	17%

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7